

# VIDA SIM, MAS VIDA EM ABUNDÂNCIA: UMA SOCIEDADE MARCADA PELA AMBIGUIDADE

*José Keuve Tobias da Silva\**

## **Resumo**

O ser humano, ao longo da história, sempre buscou maneiras para proteger a si e a seus grupos das várias ameaças que surgiam e colocavam em risco suas vidas. Os vários desenvolvimentos sociais, culturais e principalmente no âmbito da ciência possibilitaram ao ser humano viver por mais tempo. Contudo, esse mesmo desenvolvimento trouxe consigo uma série de ambiguidades. O objetivo desse trabalho é fazer uma análise dessa realidade complexa que marca a sociedade hodierna, onde o mesmo ser humano, que busca melhoria vital, cai em uma espécie de subjetivismo ideológico, marcado pelo egoísmo, esquecendo do bem a todos, satisfazendo assim, aos desejos de pequenos grupos ou até mesmo a seus próprios interesses. Uma dessas realidades concerne sobre o direito à vida como um bem comum, mas, muitas das vezes, em nome de um desenvolvimento científico, o mesmo ser humano fere esse direito inegável. O direito à vida deve ser defendido por todos, seja cristão ou não, pois a vida é preciosa desde de sua concepção até a morte, onde finda seu percurso terreno. Por isso, devemos evitar defesas ambíguas como, por exemplo, ser contra aborto, mas defender pena de morte, fazer testes em vidas humanas ou várias situações ambíguas que ferem o ser humano.

**Palavras-chaves:** Ambiguidades, sociedade, desenvolvimento, morte.

## **Abstract:**

From end to end human beings have always desired ways to protect themselves and their groups from the various threats that they have been exposed and endangered their lives. The development in society, culture and especially in the sphere of science have made an atmosphere where a human being cannot have a long-life term. However, this development brings with it a bunch of uncertainties. The purpose of this paper is to analyze the complicated reality that designs today's society. The human being, who seeks a meaningful improvement, falls into a kind of ideological subjectivism marked by selfishness, forgetting the good to everybody. Thus, human beings satisfy the desires of small groups or even in their interests. Whether it may list one these realities and concerns, it could be the right to life as a common good, but often, in the name of scientific development, the human beings break this undeniable right. The right to life must be defended by all people, whether Christian or not Christian. The human life is precious from conception to death until earthly course ends. That is why we should escape ambiguous defenses, such as being against abortion, but defending the death penalty, testing human lives or several ambiguous realities that disrespect the human being.

**Keywords:** Ambiguities, society, development, death.

---

\* Bacharel em Filosofia pela Faculdade Católica de Fortaleza (FCF). Bacharelado do curso de Teologia na Faculdade Católica de Fortaleza. Trabalho de pesquisa realizado na disciplina de Bioética, 2018, orientado pelo Prof. Dr. Pe. Marcos Mendes de Oliveira.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada tem como principal objetivo fazer uma análise das ambiguidades existentes na sociedade, referente ao que chamamos de dignidade do ser humano e direito à vida. Para isso, utilizaremos algumas obras importantes como *Evangelii Vitae*, do Papa João Paulo II; *Em busca de uma ética Universal*, da Comissão Teológica Internacional; *Bioética: Desafios e éticos no debate contemporâneo*, do teólogo Luis Antonio Bento.

De início, é preciso ter em mente que esse é um tema complexo, pois devemos evitar toda e qualquer análise simplista da realidade, expressa em uma leitura ideológica dos elementos sociais. Analisaremos aqui algumas realidades atuais que aparentemente parecem opostas, mas que para o Magistério da Igreja Católica convergem, pois ferem o princípio do direito à vida integral. Essas realidades são o aborto e a pena de morte.

Os Cristãos inseridos no contexto sócio-político devem preservar, defender e promover a vida numa orientação ética desenvolvida por meio dos valores fundamentais a partir do reconhecimento da vida humana como bem universal e principalmente como dom de Deus, uma vez que o ser humano tem um altíssimo valor, diante da criação, pois é o próprio Deus quem diz “Façamos o homem à nossa imagem e semelhança” (Gênesis 1,26).

Deste modo, veremos que a Igreja Católica está comprometida com o ser humano, como nos mostra a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, isto é, “na sua unidade e na sua totalidade, corpo, e alma, coração e consciência, espírito e vontade.”<sup>1</sup> A partir daqui vemos claramente qual é a missão da Igreja. Ela deve ser a primeira a cumprir o mandato do Senhor que diz no seu Evangelho: “Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10, 10). É com base nessas palavras de Jesus que trataremos esta temática complexa que vai contra as várias formas de pensar de nossa sociedade atual.

## DIREITO À VIDA E SOCIEDADE AMBÍGUA

Num cenário social sombrio que desvaloriza a vida, surge a necessidade, diante de uma cultura de morte, de desenvolver uma cultura da vida e de valores sólidos, marcada “por

---

<sup>1</sup> Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (GS). n. 3. In.. **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 1997.

uma solidariedade global, que encontra seu fundamento último na unidade do gênero humano e se traduz pelo sentido de uma responsabilidade planetária.”<sup>2</sup>

Para que isso aconteça é preciso uma linguagem ética comum que faça uma relação entre lei moral e lei civil, afirmando a responsabilidade de todos os seres humanos, uma vez que “a busca dessa linguagem ética comum concerne a todos os homens”<sup>3</sup>, e principalmente a todos os cristãos, para os quais “está de acordo com a obra do Verbo de Deus, ‘luz verdadeira que ilumina todo homem’ (Jo 1,9).”<sup>4</sup> Não podemos negar que já existam tentativas e que já exista uma consciência de uma busca de valores éticos universais, pois a declaração dos direitos universais humanos já seria um sinal claro dessa busca. Isso afirma o papa João Paulo II no discurso de 5 de outubro de 1995, na Assembleia geral das Nações Unidas:

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, que continua a ser uma das mais altas expressões do nosso tempo. da consciência humana Na Ásia e na África, na América, na Oceania e na Europa, homens e mulheres determinados e corajosos recorreram a esta Declaração para fortalecer as demandas por maior participação na vida da sociedade.<sup>5</sup>

Os Cristãos inseridos no contexto sócio-político devem preservar, defender e promover a vida numa orientação ética desenvolvida por meio dos valores fundamentais a partir do reconhecimento da vida humana como bem universal e principalmente como dom de Deus, uma vez que o ser humano tem um altíssimo valor mediante a criação pois é o próprio Deus quem diz: “Façamos o homem à nossa imagem e semelhança” (Gênesis 1,26) e, por isso, o mesmo é “capaz de conhecer e amar seu Criador.”<sup>6</sup> Portanto,

o homem na verdade não se engana quando se reconhece superior aos elementos materiais, e não se considera somente uma partícula da natureza ou um elemento anônimo da cidade humana. Com efeito, por sua vida interior, o homem excede a universalidade das coisas.<sup>7</sup>

Por exercer essa vida interior e se diferir de todas as coisas criadas, por ser um ser racional, o homem tem a mais bela vocação de salvaguardar todas as coisas criadas e zelar pelo bem de toda a humanidade. Por isso o ser humano é responsável por si mesmo, pelo

---

<sup>2</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. **Em busca de uma ética Universal**. Novo olhar sobre a Lei Natural. São Paulo: Paulinas, 2009. n. 1.

<sup>3</sup> *Ibidem*. n. 3.

<sup>4</sup> *Ibidem*.

<sup>5</sup> PAPA JOÃO PAULO II. **Discurso do papa João Paulo II aos cinquenta e cinco assembleia geral das nações unidas**. Disponível em: [https://w2.vatican.va/content/john-paulii/es/speeches/1995/october/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_05101995\\_address-to-uno.html](https://w2.vatican.va/content/john-paulii/es/speeches/1995/october/documents/hf_jp-ii_spe_05101995_address-to-uno.html). Vaticano, 1995. Acesso em: 12.09.18.

<sup>6</sup> GS. n. 12.

<sup>7</sup> *Ibidem*. n. 14.

mundo e pelas outras pessoas. Todas as coisas criadas por Deus têm seu valor e dignidade, mas, “por ser à imagem de Deus, o indivíduo humano tem a dignidade de pessoa: ele não é apenas alguma coisa, mas alguém.”<sup>8</sup> Isso remonta ao ser humano um princípio fundamental de igualdade que “deve ser cada vez mais reconhecida”<sup>9</sup>, não como princípios biológicos, pois sabemos que os seres humanos “não são todos iguais quanto à capacidade física e forças intelectuais e morais, variadas e diferentes em cada um”<sup>10</sup>, mas enquanto valores éticos e morais que independem dessas estruturas. É o que chamamos de Direito natural.<sup>11</sup>

A grande ambiguidade dos dias hodiernos é a procura do bem viver, do bem-estar e de satisfazer aos variados desejos em detrimento dos valores éticos e morais. As ciências procuram satisfazer o grande mercado e, para isso, devastam de várias maneiras não somente a natureza, mas sobretudo a própria vida humana. A história é bem clara e o passado é imutável quando se fala de experimentos em vidas humanas e até mesmo nas fabricações de armas químicas para uso bélico. Muitos querem manipular os direitos, corroborando para uma falha da busca de uma ética universal para favorecer interesses particulares. É o que o papa Bento XVI explicita no discurso de 18 de abril de 2008, na Assembleia Geral da ONU, quando diz:

Contudo hoje é necessário duplicar os esforços face às pressões para reinterpretar os fundamentos da *Declaração* e de comprometer a sua unidade íntima, de modo a facilitar um afastamento da proteção da dignidade humana para satisfazer simples interesses, muitas vezes interesses particulares.<sup>12</sup>

A ambiguidade dos dias hodiernos está centrada em um narcisismo marcado pelo individualismo e egocentrismo exacerbado que faz com que o ser humano perca o valor de uma consciência coletiva e responsável, uma vez que “uma consciência alheia e independente de tudo o que nos rodeia é negação da solidariedade humana, que a todos unem no bem e no mal.”<sup>13</sup> Esses elementos atingem também com muita força os cristãos, que acabam por negar

---

<sup>8</sup> CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Edição Típica Vaticana. São Paulo: Loyola, 2000. n. 357.

<sup>9</sup> GS. n. 29.

<sup>10</sup> *Ibidem*.

<sup>11</sup> “O direito natural é aquilo que é originalmente justo antes de toda formulação legal. Ele exprime em particular nos direitos subjetivos da pessoa, como o respeito a sua vida e a sua integridade, a liberdade religiosa e de pensamento, o direito de constituir uma família e de educar os filhos segundo suas convicções, o direito de se associar com os outros, de participar na vida de uma coletividade... esses direitos, aos quais o têm sua fonte não nos desejos volúveis dos indivíduos, mas na própria estrutura dos seres humanos e de suas relações humanizadoras”. COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *op. cit.* n. 92.

<sup>12</sup> PAPA BENTO XVI. **Encontro com os membros da Assembleia Geral das Nações Unidas**. Vaticano, 2008. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/april/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20080418\\_un-visit.html](http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/april/documents/hf_ben-xvi_spe_20080418_un-visit.html). Acesso em: 13.09.18.

<sup>13</sup> AZPITARTE, Eduardo López. **Fundamentação da ética cristã**. Trad.: Benôni Lemos; Prosolina Alvez Marra. São Paulo: Paulus, 1995. p. 362.

a comunhão com as outras pessoas, com a doutrina e principalmente com Deus. O atual pontífice, o papa Francisco, classifica esses elementos e os chama de neognosticismo<sup>14</sup> e neopelagianismo.<sup>15</sup>

Dizer que seja necessário a formação de uma consciência coletiva não nega em nada a subjetividade do indivíduo na sociedade, antes a exalta, pois é por meio de sua subjetividade que o mesmo corrobora para o bem-estar de todos. Contudo, os ideais de muitos membros da sociedade contrapõem essa ideia, pois acreditam que somente por meio de uma cultura de morte é que a mesma manteria a sua ordem. Isso dá margem para os vários desastres que vemos atualmente no mundo, como a legalização da pena de morte e do aborto em vários países, manipulação da genética e testes em vidas humanas, desigualdade social, racismo, homofobia, machismo, o suicídio e o homicídio, como também as questões referentes à ética e à moral como também embriões, pré-natal, esterilização que fazem parte de uma mentalidade ambígua de uma sociedade que busca melhorias de vida, mas erroneamente acaba provocando uma cultura de morte.

Ao longo de toda a história da sociedade, sempre se procurou estabelecer normas para uma boa convivência social entre seus indivíduos. É daqui que surgem punições severas com o intuito de impor limites àqueles que transgridem a sociedade com atos ilícitos, criando assim o desequilíbrio de uma boa vivência social. Assim sendo, nos diz Bento que “procura-se justificar a pena de morte como uma necessidade de purificar a sociedade.”<sup>16</sup> Contudo, tais punições sempre se fizeram presentes como uma forma de promover uma boa convivência social com as comunidades. A manipulação e experimentos com vidas humanas se fundamentam erroneamente como um bem para as futuras gerações e o aborto como saúde da mulher. Essas são mentalidades errôneas e questionáveis, mantidas na sociedade a partir de um relativismo ético exacerbado.

---

<sup>14</sup> É marcado por “uma fé fechada no subjectivismo, onde apenas interessa uma determinada experiência ou uma série de raciocínios e conhecimentos que supostamente confortam e iluminam, mas, em última instância, a pessoa fica enclausurada na imanência da sua própria razão ou dos seus sentimentos.” PAPA FRANCISCO. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium**. Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Loyola, 2013. n. 94.

<sup>15</sup> “Com efeito, o poder que os gnósticos atribuíam à inteligência, alguns começaram a atribuí-lo à vontade humana, ao esforço pessoal. Surgiram, assim, os pelagianos e os semipelagianos.” Já não era a inteligência que ocupava o lugar da graça, mas a vontade.” *Idem*. **Exortação Apostólica Gaudet et Exultate**. Sobre a chamada à santidade no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2018. n. 48.

<sup>16</sup> BENTO, Luis Antonio. **Bioética**: Desafios éticos no debate contemporâneo. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 118.

## UM SIM INTEGRAL À VIDA

A Igreja é “perita em humanidade”<sup>17</sup> e, por isso, na confecção das leis civis, o cristão, assim como todas as pessoas de boa vontade, especialmente se têm influência na elaboração das leis, são chamados a um renovado compromisso para promover mudanças das leis injustas e da mentalidade coletiva quanto às agressões à vida humana, uma vez que a sociedade é o campo de atuação dos cristãos leigos.

A vivência na caridade é que faz com que os cristãos lutem pela dignidade do ser humano, pois sendo assim, a caridade é quem faz os discípulos e discípulas acorrerem “constantemente aos sofrimentos e às necessidades, mesmo materiais, dos homens.”<sup>18</sup> Ela, uma vez que possui “estreita ligação com a verdade”<sup>19</sup>, é a medida para o autêntico discipulado e fonte de alteridade e superação de todo egoísmo. “A alegria do discípulo não é um sentimento de bem-estar egoísta, mas uma certeza que brota da fé, que serena o coração e capacita para anunciar a boa nova do amor de Deus”<sup>20</sup>; por isso, “quando alegria deixa a desejar, é indicativo que algo está falhando na nossa vida de encontro pessoal com o Senhor!”<sup>21</sup> Seguindo esse princípio, uma lei injusta não deve ser seguida e nem muito menos aplicada pelo cristão. O papa João Paulo II diz que

A autoridade é exigência da ordem moral e promana de Deus. Por isso, se os governantes legislarem ou prescreverem algo contra essa ordem e, portanto, contra a vontade de Deus, essas leis e essas prescrições não podem obrigar a consciência dos cidadãos. [...] Neste caso, a própria autoridade deixa de existir, degenerando em abuso do poder. O mesmo ensinamento aparece claramente em S. Tomás de Aquino, que escreve: “A lei humana tem valor de lei enquanto está de acordo com a reta razão: derivando, portanto, da lei eterna. Se, porém, contradiz a razão, chama-se lei iníqua e, como tal, não tem valor, mas é um ato de violência. E ainda: “Toda a lei constituída pelos homens tem força de lei só na medida em que deriva da lei natural”. Se, ao contrário, em alguma coisa está em contraste com a lei natural, então não é lei, mas sim, corrupção da lei.”<sup>22</sup>

Dentro dessa problemática da lei civil e da lei natural, a Igreja entra sempre em defesa da vida como dom de Deus. O Magistério, a Tradição e as Sagradas Escrituras são as bases do pensamento da Igreja sobre a defesa da vida. Por isso que diante da eutanásia, do

<sup>17</sup> PAPA JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica Sollicitudo Rei Socialis**. 6ª ed. São Paulo: Paulinas, 2003. n. 41.

<sup>18</sup> PAPA BENTO XVI. **Carta Encíclica Deus Caritas Est**. 8ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008. n. 19.

<sup>19</sup> *Idem*. n. 3.

<sup>20</sup> CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. **Documento de Aparecida**. Texto conclusivo da V Conferência do CELAM. São Paulo: Paulus, 2008. n. 29.

<sup>21</sup> AMADO, Joel P. FERNANDES, Leonardo A (orgs). **Evangelii Gaudium em questão**. São Paulo: Paulinas; Rio de Janeiro: PUC- Rio, 2014. p. 148.

<sup>22</sup> PAPA JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica Evangelium Vitae**. São Paulo: Loyola, 1995. n. 72.

suicídio, da pena de morte, os cristãos católicos sempre serão contra, pois não se pode anular aquilo que é lei divina.

## O APELO DA IGREJA

Após esta pequena reflexão sobre a dignidade do ser humano e as ambiguidades da sociedade acerca da cultura de morte, somos convidados agora a fazermos uma breve análise sobre o que diz o Magistério Eclesiástico sobre esse tema. A Carta Encíclica *Evangelium Vitae*, de São João Paulo II, tem como objetivo mostrar o valor real da vida de cada pessoa humana e que ninguém tem o direito de tomá-la. Portanto,

A autoridade pública deve fazer justiça pela violação dos direitos pessoais e sociais, impondo ao réu uma adequada expiação do crime com condição para ser readmitido no exercício da própria liberdade. Desse modo, a autoridade há de procurar alcançar o objetivo de defender a ordem pública e segurança das pessoas, não deixando, contudo, de oferecer estímulo e ajuda ao próprio réu para se corrigir e redimir.<sup>23</sup>

Assim, todo o Magistério da Igreja tem como base a Sagrada Escritura e o Evangelho de Jesus é verdadeiramente o Evangelho da vida. Conseqüentemente, todo o Magistério deve sempre estar a favor da vida de cada pessoa humana, visto que “a vida do homem provém de Deus, é dom seu, é imagem e figura dele, participação do seu sopro vital. Desta vida, portanto, Deus é o único Senhor: o homem não pode dispor dela.”<sup>24</sup>

Assim sendo, toda a Igreja tem como dever sempre defender a vida plena de todas as circunstâncias existentes em nosso mundo que são contrárias a ela. Pois em todas as circunstâncias cada ser humano pertence inteiramente a Deus: “quem atenta contra a vida do homem de algum modo atenta contra o próprio Deus.”<sup>25</sup> Deste modo, todo e cada cristão é chamado a viver a lei do amor, sem olhar a quem, pois, até mesmo aquele que cometeu um delito grave tem o direito a se corrigir. O próprio Jesus nos convida a amar até os nossos inimigos. É Ele mesmo que nos promulga a lei do amor quando diz em seu Evangelho que devemos perdoar, até setenta vezes sete.

Ainda tratando do Magistério da Igreja, em um recente pronunciamento na Praça São Pedro, em 21 de fevereiro de 2016, o papa Francisco pediu o fim da pena de morte: “faço apelo à consciência dos governantes, para que se alcance um consenso internacional para a

---

<sup>23</sup> *Ibidem.* n. 56.

<sup>24</sup> *Ibidem.* n. 39.

<sup>25</sup> *Ibidem.* n. 9.

abolição da pena de morte. E proponho a quantos deles são católicos que façam um gesto corajoso e exemplar: que nenhuma condenação seja executada neste Ano Santo da Misericórdia.”<sup>26</sup> Deste modo, insiste o santo padre que, “também o criminoso mantém o direito inviolável à vida, dom de Deus.”<sup>27</sup> Ainda da janela do Palácio Apostólico, o papa Francisco nos lembra que “o Jubileu extraordinário da Misericórdia é uma ocasião propícia para promover no mundo formas cada vez mais maduras de respeito da vida e da dignidade de cada pessoa.”<sup>28</sup> Lembra-nos papa Francisco, que “há momentos em que somos chamados, de maneira ainda mais intensa, a fixar o olhar na misericórdia, para nos tornamos nós mesmo sinal eficaz do agir do Pai.”<sup>29</sup>

Fica bastante claro com esta pequena exposição do Magistério da Igreja acerca da pena de morte, que não se justifica para qualquer pessoa uma posição a favor deste tipo de penalidade extrema. É justamente isso que a Igreja vem buscando demonstrar em suas cartas e documentos sobre a valorização da vida. No dia 11 de maio de 2018, o papa Francisco recebeu em audiência o Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, Cardeal Luís Ladaria e aprovou a nova redação do número 2267 do Catecismo, sobre a legítima defesa, e reforçou cada vez mais que, mesmo em legítima defesa, recorrer à morte é inaceitável. O texto do parágrafo 2267 do Catecismo diz o seguinte:

Durante muito tempo, o recurso à pena de morte, por parte da legítima autoridade, era considerada, depois de um processo regular, como uma resposta adequada à gravidade de alguns delitos e um meio aceitável, ainda que extremo, para a tutela do bem comum.<sup>30</sup>

Portanto, toda a sociedade deve tratar a todos com dignidade: “um ser humano, também um réu violento, nunca poderá ser reduzido a um objeto. Deverá ser sempre tratado como pessoa.”<sup>31</sup>

A aplicação da pena de morte não vai somente contra princípios cristãos, mas também contra a própria dignidade humana. Assim, desta maneira, a sociedade é convidada a dialogar

---

<sup>26</sup> PAPA FRANCISCO. **Oração do Angelus na Praça São Pedro**. Vaticano, 2016. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/angelus/2016/documents/papa-francesco\\_angelus\\_20160221.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/angelus/2016/documents/papa-francesco_angelus_20160221.html). Acesso em: 10.09.18.

<sup>27</sup> *Ibidem*. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/angelus/2016/documents/papa-francesco\\_angelus\\_20160221.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/angelus/2016/documents/papa-francesco_angelus_20160221.html). Vaticano, 2016. Acesso em: 10.09.18.

<sup>28</sup> *Ibidem*. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/angelus/2016/documents/papa-francesco\\_angelus\\_20160221.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/angelus/2016/documents/papa-francesco_angelus_20160221.html). Vaticano, 2016. Acesso em: 10.09.18.

<sup>29</sup> *Idem*. **Bula Misericordiae Vultus**. São Paulo: Paulinas, 2015. n. 3.

<sup>30</sup> FRANCISCO muda o parágrafo do catecismo sobre pena de morte. Vaticano, 2018. Disponível em: [https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2018/08/catecismo\\_novo\\_reescrito\\_papa\\_sobre\\_pena\\_morte.html](https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2018/08/catecismo_novo_reescrito_papa_sobre_pena_morte.html). Acesso em: 14.09.18.

<sup>31</sup> BENTO. *op. cit.* p.127.



com a comunidade política para cobrar meios de reabilitação dessas pessoas que infligem à boa convivência da comunidade. Porém, se utilize de meios humanos que ajude aos “réus condenados” a uma boa recuperação, sem sofrer nenhuma tortura ou tratamento cruel, como afirma a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Logo, a pena de morte não se justifica em hipótese alguma, pois tal atitude não entra no conceito de justiça, pelo contrário, é algo totalmente antiético, injusto e desonesto. Nenhuma pessoa humana deveria passar por nenhum tipo de ato de tortura, pois o próprio Cristo foi castigado e condenado à morte em reparação a toda transgressão humana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ciências estão cada vez se separando dos valores éticos e morais em prol de um desenvolvimento ideológico mascarado de bondade, mas que alimenta um sistema econômico podre e um mercado devastador, no qual poucos são favorecidos.

O desenvolvimento advindo da modernidade traz consigo uma série de ambiguidades. E uma dessas está no fato de que o ser humano busca, por meio da ciência, meios para melhorias de vida, evitando a doença, retardando a velhice e dando ênfase à estética do corpo. Não podemos negar que isso seja bom, mas o problema está no fato de que muitos desses seres humanos que procuram esses meios para viver são os mesmo que buscam meios para ferir o direito à vida. Não queremos dizer que não exista, mas é necessário reforçarmos ainda mais diante de uma cultura de morte, uma cultura que cultive os valores essenciais que promovam a dignidade do ser humano, ou seja, uma cultura de vida.

O desenvolvimento e as novas descobertas auxiliam a vida do ser humano. O desenvolvimento dos sistemas de comunicação, as *mass medias* e fenômeno da globalização possibilitam ao ser humano estar ligado ou, utilizando a linguagem atual, estar conectado e saber notícias do mundo todo. A medicina, a robótica e as diversas ciências se aprimoram com o passar dos anos. Tudo isso são pontos positivos da atualidade. Contudo, é necessário um desenvolvimento verdadeiro e humano. Apesar de todo esse desenvolvimento, nem tudo está acessível a todos, isso por causa da concupiscência do ser humano que se deixa, em grande parte, cair na lógica egoísta do ter em detrimento do ser.

A Igreja é uma das maiores instituições promotoras dessa consciência. Ela defende a vida e a dignidade humana. Assim como seu Mestre Jesus Cristo, ela é promotora do amor integral que Deus tem pelo ser humano e por toda criação. O Papa Francisco, como sucessor

de Pedro e vigário de Jesus Cristo, tem demonstrado e reforçado essa consciência sobre o valor inegável que é a vida do ser humano. Instituído o Ano da Misericórdia, pediu aos cristãos e aos homens de boa vontade que buscassem, por meio da concórdia, defender e restituir a dignidade de todos os seres humanos que se encontram nas periferias existenciais e sociais.

Por fim, ao término da pesquisa, podemos chegar à conclusão de que, independentemente de qualquer característica, ou seja, religião, cor, sexo, etnia, a vida deve ser um valor primordial e um direito inviolável.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Joel; P. FERNANDES, Leonardo A. (orgs). **Evangelii Gaudium em questão**. São Paulo: Paulinas; Rio de Janeiro: PUC- Rio, 2014.

AZPITARTE, Eduardo López. **Fundamentação da ética cristã**. Trad.: Benôni Lemos; Prosolina Alvez Marra. São Paulo: Paulus, 1995.

BENTO, Luis Antonio. **Bioética: Desafios éticos no debate contemporâneo**. São Paulo: Paulinas, 2008.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2006.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Edição Típica Vaticana. São Paulo: Loyola, 2000.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. **Em busca de uma ética Universal**. Novo olhar sobre a Lei Natural. São Paulo: Paulinas, 2009.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. **Documento de Aparecida**. Texto conclusivo da V Conferência do CELAM. São Paulo: Paulus, 2008.

**Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 1997.

FRANCISCO muda o parágrafo do catecismo sobre pena de morte. Vaticano, 2018. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2018-08/catecismo-novo-rescrito-papa-sobre-pena-morte.html>. Acesso em: 14.09.18.

PAPA BENTO XVI. **Carta Encíclica Caritas in Veritate**. São Paulo: Paulinas, 2009.

\_\_\_\_\_. **Carta Encíclica Evangelium Vitae**. São Paulo: Loyola, 1995.

\_\_\_\_\_. **Carta Encíclica Spe Salvi**. 5ª ed. São Paulo: Paulinas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Carta Encíclica Deus Caritas Est**. 8ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. **Discurso do Papa Bento XVI.** Vaticano, 2008. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/april/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20080418\\_unvisit.html](http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/april/documents/hf_ben-xvi_spe_20080418_unvisit.html). Acesso em: 13.09.18.

PAPA FRANCISCO. **Bula Misericordiae Vultus.** São Paulo: Paulinas, 2015.

\_\_\_\_\_. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium.** Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Loyola, 2013.

\_\_\_\_\_. **Exortação Apostólica Gaudet et Exultate.** Sobre a chamada à santidade no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2018.

\_\_\_\_\_. **Oração do Angelus na Praça São Pedro.** Vaticano, 2016. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/angelus/2016/documents/papafrancesco\\_angelus\\_20160221.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/angelus/2016/documents/papafrancesco_angelus_20160221.html). Acesso em: 10.09.18.

PAPA JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica Sollicitudo Rei Socialis.** 6ª ed. São Paulo: Paulinas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Discurso do papa João Paulo II aos cinquenta e cinco assembleia geral das nações unidas.** Vaticano, 1995. Disponível em: [https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/es/speeches/1995/october/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_05101995\\_address-to-uno.html](https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/es/speeches/1995/october/documents/hf_jp-ii_spe_05101995_address-to-uno.html). Acesso em: 12.09.18.